MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos

De ordem superior se publicam os textos dos seguintes Acordos entre Portugal e a Alemanha, assinados em Lisboa em 13 de Abril de 1935:

Acôrdo Adicional referente ao comércio e à navegação

Zusatzabkommen über Handel und Schifffahrt

O Governo Português e o Governo Alemão, reconhecendo a conveniência de actualizar, com disposições adequadas à situação económica presente, o acôrdo comercial assinado em Lisboa em 20 de Março de 1926, acordaram no seguinte:

Die Deutsche und die Portugiesische Regierung haben in der Erwägung, dass sich eine Anpassung des Handelsabkommens zwischen dem Deutschen Reich und der Republik Portugal vom 20 März 1926 an die gegenwärtige wirtschaftliche Lage empfiehlt, Folgendes vereinbart:

ARTIGO 1.º

ARTIKEL 1

O Governo Alemão compromete-se a examinar de forma quanto possível favorável as propostas que lhe submeteu o Governo Português no sentido de salvaguardar as posições adquiridas pelos produtos portugueses no mercado alemão.

Die Deutsche Regierung wird die Vorschläge wohlwollend behandeln, die ihr die Portugiesische Regierung mit dem Ziel der Erhaltung der von den portugiesischen Erzeugnissen auf dem deutschen Markt erlangten Stellung unterbreitet hat.

ARTIGO 2.º

ARTIKEL 2

As emprêsas de navegação alemãs, bem como os navios alemães e os seus passageiros e cargas, não serão sujeitos, em Portugal e nas Ilhas Adjacentes a partir de 1 de Outubro de 1934 e nas Colónias Portuguesas a partir de 1 de Julho de 1936, a direitos ou encargos diferentes ou mais elevados, nem a condições ou restrições diferentes ou mais onerosas que aqueles a que estão ou venham a estar sujeitos os navios portugueses ou os de qualquer outro país, assim como os seus passageiros e cargas.

Die deutschen Schifffahrtunternehmen sowie die deutschen Schiffe, ihre Fahrgäste und Ladungen unterliegen vom 1 Oktober 1934 an in Portugal und den anliegenden Inseln und vom 1 Juli 1936 an in den portugiesischen Kolonien keinen anderen oder höheren Abgaben und Gebühren sowie keinen anderen oder drückenderen Bedingungen oder Beschränkungen als jenen, denen die portugiesischen Schiffe oder die Schiffe irgend eines anderen Staates sowie ihre Fahrgäste und Ladungen jetzt oder in Zukunft unterliegen.

Esta igualdade de tratamento aplica-se especialmente: à liberdade de acesso aos portos, à sua utilização, ao gozo completo das comodidades concedidas à navegação, às operações comerciais referentes aos navios, seus passageiros e suas cargas, às facilidades de toda a espécie relativas à atribuição de lugares no cais, à carga e descarga, aos direitos e taxas de qualquer natureza aplicáveis aos navios, aos seus passageiros ou às suas cargas (tais como direitos de alfândega ou assimilados, direitos de barreira ou de consumo, despesas acessórias), cobrados em nome ou por conta do Governo, das autoridades públicas, dos concessionários ou estabelecimentos de qualquer espécie.

Diese Gleichheit der Behandlung gilt insbesondere für den freien Zutritt zu den Häfen, ihre Benutzung, den vollen Genuss der für die Schifffahrt gewährten Vergünstigungen, die auf die Schiffe, ihre Fahrgäste und ihre Ladung bezüglichen Geschäftshandlungen, für die Erleichterungen aller Art, die sich auf die Zuteilung von Plätzen an den Landungsstellen beziehen, für das Laden und Löschen, für die auf die Schiffe, ihre Fahrgäste und ihre Ladung anwendbaren Abgaben und Gebühren jeder Art, (wie Zollabgaben oder dergleichen, Gemeindegeld oder Verbrauchsabgaben, Nebenkosten), die von den dazu Berechtigten oder Körperschaften jeder Art im Namen oder für Rechnung der Regierung oder öffentlicher Behörden erhoben werden.

O mesmo tratamento será concedido às emprêsas de navegação e aos navios portugueses, assim como aos seus passageiros e às suas cargas, na Alemanha a datar de 1 de Outubro de 1934.

Die gleiche Behandlung wird den portugiesischen Schifffahrtunternehmen und Schiffen sowie ihren Fahrgästen und Ladungen vom 1 Oktober 1934 an in Deutschland gewährt.

Fica todavia entendido que desde a data da entrada em vigor do presente tratado as emprêsas de navegação e os navios alemães, assim como os seus passageiros e as suas cargas, gozarão nas Colónias Portuguesas do tratamento da nação mais favorecida.

Es besteht jedoch Einverständnis darüber, dass von dem Zeitpunkte des Inkrafttretens dieses Abkommens an die deutschen Schifffahrtunternehmen und Schiffe sowie ihre Fahrgäste und ihre Ladungen in den portugiesischen Kolonien die Meistbegünstigung genossen werden.

ARTIGO 3.º

ARTIKEL 3

O tratamento dos navios nacionais ou o da nação mais favorecida não é extensivo:

Die Gleichstellung mit den eigenen Schiffen oder mit denen der meistbegünstigten Nation erstreckt sich nicht:

a) A aplicação das leis especiais sobre a marinha mercante nacional, que tenham em vista favorecer por meio de prémios e outras facilidades especiais as novas construções e o exercício da navegação;

a) auf die Anwendung der besonderen Gesetze betreffend die heimische Handelsflotte, soweit es sich um die Förderung von Neubauten oder des Schifffahrtbetriebes durch Prämien oder andere besondere Erleichterungen handelt;

b) Aos favores concedidos a sociedades de desporto náutico;

b) auf die den Seesportvereinigungen gewährten Begünstigungen;

c) Ao exercício do serviço marítimo nos portos, nos ancoradouros e nas praias. O serviço marítimo compreende reboques, pilotagem, assistência e salvamento marítimo;

c) auf die Ausübung des Hafen-, Reede und Stranddienstes einschliesslich des Schlepp-, Lotsen-, Hilfs und Bergungsdienstes;

d) À emigração e ao transporte de emigrantes;

e) Ao tráfego entre os portos dos territórios de cada uma das Altas Partes Contratantes, incluídas as colónias, protectorados e possessões. O dito tráfego continua a ser regulado pelas leis em vigor ou que de futuro entrem em vigor respectivamente em cada um dos dois Países;

f) Ao exercício da pesca nas águas territoriais das Altas Partes Contratantes.

ARTIGO 4.º

Exceptuado o caso previsto na alínea e) do artigo precedente, todas as mercadorias, qualquer que seja a sua natureza e proveniência, cuja importação, exportação, trânsito ou armazenagem seja permitida no território de uma das Altas Partes Contratantes quando transportadas em navios nacionais, poderão também importar-se, exportar-se, passar em trânsito ou serem aí armazenadas quando transportadas em navios da outra Parte.

ARTIGO 5.º

Os navios alemães e os navios portugueses podem prosseguir de um porto para outro dos territórios das Altas Partes Contratantes, quer no intuito de desembarcar todos ou parte dos seus passageiros ou cargas provenientes do estrangeiro, quer para embarcar todos ou parte dos seus passageiros ou cargas com destino ao estrangeiro.

Fica também entendido que nenhum navio será considerado como ocupado no tráfego entre dois portos de uma das Altas Partes Contratantes meramente pelo facto de conduzir de um para outro desses portos passageiros munidos de bilhetes directos, ou mercadorias consignadas em conhecimentos directos para ou de algum lugar fora dos territórios daquele Estado.

ARTIGO 6.º

A nacionalidade dos navios será comprovada em conformidade com as leis do Estado a que o navio pertence.

Os navios de uma das Partes Contratantes não poderão ser nacionalizados pela outra sem uma declaração de renúncia de bandeira passada pela autoridade do Estado a que os mesmos navios pertençam, tendo-se em consideração que no caso de venda judicial tal declaração não é exigida pela legislação alemã, mas é exigida pela legislação portuguesa.

Os certificados de arqueação passados por uma das Altas Partes Contratantes serão válidos no território da outra Parte para o efeito de determinar a capacidade dos navios, sem que seja necessário proceder à revisão da tonelagem.

ARTIGO 7.º

Aos navios de uma das Altas Partes Contratantes que por motivo de temporal ou de sinistro sejam forçados a refugiar-se num porto da outra Parte será permitido proceder no mesmo porto às reparações, servindo-se para esse efeito de todos os meios necessários, a fazer-se ao mar sem serem obrigados a pagar direitos de qualquer espécie, salvo aqueles que nas mesmas circunstâncias fôsssem devidos pelos navios da nação mais favorecida.

No caso, porém, em que o comandante do navio em reparação se veja na necessidade de dispor de uma parte da carga para prover às despesas, será obrigado a sujeitar-se às prescrições e tarifas em vigor no lugar da arribada.

ARTIGO 8.º

Quando algum navio de uma das Altas Partes Contratantes seja vítima de naufrágio, de avaria ou outro sinis-

d) auf die Auswanderung und die Beförderung von Auswanderern;

e) auf den Verkehr zwischen den Häfen der Gebiete jedes vertragschliessenden Teils einschliesslich der Kolonien, Schutzgebiete und Besitzungen. Dieser Verkehr richtet sich in Portugal nach den Gesetzen, die z. Zt. gelten oder in Zukunft in Kraft treten sollten;

f) auf die Ausübung der Fischerei in den Hoheitsgewässern der beiden vertragschliessenden Teile.

ARTIKEL 4

Mit Ausnahme des Falles in Buchstabe e) des Artikels 3 können ohne Rücksicht auf ihre Beschaffenheit und Herkunft alle Waren, deren Ein-, Aus- und Durchfuhr oder Einlagerung im Gebiete eines vertragschliessenden Teils erfolgen kann, wenn sie von heimischen Schiffen befördert werden, gleichfalls dorthin eingeführt von dort ausgeführt dort durchgeführt oder eingelagert werden, wenn sie von Schiffen des anderen Teiles befördert werden.

ARTIKEL 5

Die deutschen und die portugiesischen Schiffe können von einem zum anderen Hafen eines vertragschliessenden Teils fahren, um dort ganz oder teilweise ihre Fahrgäste auszuschiffen oder aus dem Auslande mitgebrachte Ladung zu löschen oder um dort ganz oder teilweise ihre Fahrgäste einzuschiffen oder für das Ausland bestimmte Ladung aufzunehmen.

Es besteht ferner Einverständnis, dass ein Schiff nicht als zwischen zwei Häfen eines vertragschliessenden Teils verkehrend gilt, nur weil es von dem einen Hafen zum anderen Fahrgäste oder Waren befördert, deren Fahrtausweise oder Konnossemente auf einen ausserhalb des betreffenden Staatsgebiets gelegenen Platz lauten oder von einem solchen Platz ausgestellt sind.

ARTIKEL 6

Die Nationalität der Schiffe wird nach den Gesetzen des Staates bestimmt, dem sie angehören.

Die Schiffe eines vertragschliessenden Teils dürfen im anderen nur dann nationalisiert werden, wenn sie eine von der Behörde des Staates, dem sie angehören, ausgestellte Erklärung über den Wegfall des Rechtes der Flaggenführung beibringen; hierbei ist zu berücksichtigen, dass diese Erklärung im Falle eines gerichtlichen Verkaufes zwar nicht von der deutschen, wohl aber von der portugiesischen Gesetzgebung gefordert wird.

Die von einem vertragschliessenden Teil ausgestellten Messbriefe werden auch in den Gebieten des anderen Teiles als gültig anerkannt. Einer Nachprüfung der Tonnenzahl, um den Fassungsraum der Schiffe zu bestimmen, bedarf es nicht.

ARTIKEL 7

Die Schiffe eines vertragschliessenden Teils, die durch einen Sturm oder eine Havarie gezwungen sein sollten, in einem Hafen des anderen Teiles Zuflucht zu suchen, können dort ihre Ausbesserung vornehmen, sich aller hierfür erforderlichen Mittel bedienen und wieder in See gehen, ohne irgendwelche andere Gebühren entrichten zu müssen als solche, die unter gleichen Umständen von den Schiffen der meistbegünstigten Nation zu entrichten wären.

Wenn der Kapitän des auszubessernden Schiffes genötigt sein sollte, zur Bestreitung der Kosten einen Teil der Ladung zu veräussern, hat er sich nach den im Zufluchtsort geltenden Tarifen und Vorschriften zu richten.

ARTIKEL 8

Bei Schiffbruch, Havarie oder einem anderen Seeunfall eines Schiffes eines vertragschliessenden Teils an

tro marítimo nas costas ou no território da outra Parte, será ministrada aos naufragos toda a espécie de assistência e facilidades.

ARTIGO 9.º

Os súbditos de cada uma das Partes Contratantes poderão livremente utilizar no território da outra, nas mesmas condições e mediante o pagamento das mesmas taxas exigíveis dos nacionais, as estradas e outros lugares de passagem, os canais, comportas, barcas, lanchas, pontes fixas e giratórias, portos e lugares de desembarque, sinais e fogos indicadores das águas navegáveis, serviços de pilotagem, guindastes, balanças públicas, armazéns e locais para salvamento e armazenagem de carga dos navios e outros objectos, sempre que os ditos locais ou instituições sejam destinados ao serviço do público, e quer sejam administrados pelo Estado quer por particulares.

Ressalvadas as prescrições dos regulamentos especiais sobre faróis e farolins ou sobre pilotagem, somente serão cobradas taxas no caso de terem sido realmente utilizados os sobreditos estabelecimentos ou instituições.

ARTIGO 10.º

As medidas de protecção estipuladas para os vinhos do «Pôrto» e da «Madeira» no artigo 6.º do Acôrdo assinado em Lisboa em 20 de Março de 1926 serão extensivas aos vinhos «Moscatel de Setúbal», «Carcavelos» e «Estremadura» quando sejam originários das regiões delimitadas pela legislação portuguesa e sejam expedidos pelos portos de Lisboa ou de Setúbal (este último só para o «Moscatel de Setúbal»).

Fica entendido que as medidas de protecção estipuladas para a importação daqueles vinhos são igualmente applicáveis à exposição para venda, à venda e à circulação no Império Alemão, incluindo os portos francos, e bem assim à exportação.

ARTIGO 11.º

O presente Acôrdo Adicional será ratificado e entrará em vigor dez dias depois da troca das ratificações, a qual terá lugar em Berlim. Os dois Governos applicá-lo-ão, contudo, a título provisório, desde 23 de Abril de 1935.

A denúncia poderá efectuar-se em qualquer altura e por qualquer das Partes Contratantes com pre-aviso de um mês.

Feito em dois exemplares, nas línguas portuguesa e alemã, ambos com igual valor, em Lisboa, aos 13 de Abril de 1935.

Anibal de Mesquita Guimarães.
Baron Hoyningen-Huene.

Acôrdo referente aos pagamentos das dívidas comerciais

O Govêrno Português e o Govêrno Alemão acordaram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º

Para os efeitos do presente Acôrdo entendem-se por mercadorias portuguesas aquelas que são produzidas em Portugal e ilhas adjacentes ou que ali tenham sofrido uma laboração importante, e bem assim as mercadorias originárias das colónias portuguesas ou que ali tenham sofrido uma laboração importante e cujo valor seja pagável a uma entidade oficial, particular ou comerciante residente em Portugal ou ilhas adjacentes.

Por mercadorias alemãs entendem-se unicamente aquelas que são produzidas na Alemanha ou que ali tenham sofrido uma laboração importante.

den Küsten oder auf dem Gebiete des anderen Teils soll den Schiffbrüchigen jede Hilfe und Erleichterung zuteil werden.

ARTIKEL 9

Die Angehörigen jedes vertragschliessenden Teils können zu den gleichen Bedingungen und gegen Entrichtung der gleichen Gebühren wie die eigenen Angehörigen die Strassen und anderen Durchgangsstellen, die Kanäle, Schleusen, Fähren, Brücken und Drehbrücken, Häfen und Landungsstellen, die Signale und Signalfeuer der schiffbaren Gewässer, die Lotsendienste, öffentlichen Krane und Waagen, Lagerhäuser und Einrichtungen für die Bergung und Einlagerung von Schiffsladungen und anderen Gegenständen benutzen, sofern diese Anlagen und Einrichtungen für den öffentlichen Gebrauch bestimmt sind, gleichviel ob sie vom Staat oder von Privaten verwaltet werden.

Mit Ausnahme der Sonderbestimmungen für Leuchttürme, Leuchtfeuer und den Lotsendienst werden keine Gebühren erhoben, sofern diese Anlagen und Einrichtungen nicht tatsächlich benutzt worden sind.

ARTIKEL 10

Die für Portwein und Madeira in Artikel 6 des am 20 März 1926 in Lissabon unterzeichneten Abkommens vereinbarten Schutzbestimmungen werden auf Weine Muskatell von Setubal, Carcavelos und Estremadura ausgedehnt, wenn diese aus dem von der portugiesischen Gesetzgebung bezeichneten Gebiet stammen und über die Häfen von Lissabon oder Setubal (letzterer nur bei Muskatell von Setubal) mit Ursprungszeugnissen der zuständigen Behörden ausgeführt werden. Es besteht Einverständnis, dass die für die Einfuhr dieser Weine vereinbarten Schutzbestimmungen auch für Feilhalten, den Verkauf und den sonstigen Verkehr innerhalb des Deutschen Reichs, einschliesslich der Freihäfen, sowie für die Ausfuhr gelten.

ARTIKEL 11

Dieses Zusatzabkommen soll ratifiziert werden, es tritt 10 Tage nach Austausch der Ratifikationsurkunden, der in Berlin erfolgen soll, in Kraft. Die beiden Regierungen werden es jedoch vom 23 April 1935 an vorläufig anwenden.

Das Zusatzabkommen kann von jedem der vertragschlies senden Teile jederzeit mit einer Frist von einem Monat gekündigt werden.

So geschehen in zweifacher Ausfertigung in deutscher und in portugiesischer Sprache, die beide massgebend sind.

Lissabon, den 13 April 1935.

Baron Hoyningen-Huene.
Anibal de Mesquita Guimarães.

Abkommen über Zahlungen im Warenverkehr

Die Deutsche und die Portugiesische Regierung haben sich über folgende Bestimmungen geeinigt:

ARTIKEL 1

Portugiesische Waren im Sinne dieses Abkommens sind Waren, die in Portugal oder den anliegenden Inseln erzeugt sind oder dort eine wesentliche Bearbeitung erfahren haben, ferner Waren, die in den portugiesischen Kolonien erzeugt sind oder dort eine wesentliche Bearbeitung erfahren haben und deren Kaufpreis an eine in Portugal oder den anliegenden Inseln ansässige Person oder Firma zu zahlen ist.

Deutsche Waren sind nur solche Waren, die in Deutschland erzeugt sind oder dort eine wesentliche Bearbeitung erfahren haben.

As mercadorias que passam em trânsito pela Alemanha não serão consideradas como mercadorias alemãs, ficando sujeitas, para efeitos de pagamento, às formalidades usuais.

No caso de haver dúvidas sobre se uma mercadoria é alemã ou passou em trânsito pela Alemanha, o Governo Português poderá exigir que a sua origem seja autenticada por um certificado emitido por uma alfândega alemã.

ARTIGO 2.º

Os devedores residentes na Alemanha liquidarão os seus compromissos resultantes de importações de mercadorias portuguesas na Alemanha por meio de pagamentos em Reichsmark efectuados na conta especial aberta em nome do Banco de Portugal na Caixa Alemã de Compensações (Deutsche Verrechnungskasse), conta esta que não vencerá juros.

ARTIGO 3.º

Os devedores residentes na Alemanha poderão também pagar, nos termos do artigo anterior, além de quaisquer diferenças de câmbio ou juros de mora, despesas acessórias originadas pela importação na Alemanha de mercadorias portuguesas, nomeadamente direitos de alfândega, despesas de expedição e transporte terrestre, e bem assim as comissões economicamente justificáveis.

Pela forma acima referida não poderão ser pagas as despesas de seguros e transporte marítimo, salvo os fretes relativos ao transporte de mercadorias portuguesas para a Alemanha em navios portugueses e as taxas de porto a que estas forem sujeitas. Quando alguma entidade oficial, particular ou comerciante residente em Portugal ou ilhas adjacentes tiver pago, por conta de alguma entidade oficial, particular ou comerciante residente na Alemanha, despesas de seguros e fretes marítimos, estas poderão ser liquidadas por entradas na conta especial do Banco de Portugal.

Poderão ser deduzidas do preço de compra e pagas directamente a quem de direito as despesas acessórias da natureza das acima referidas que estejam incluídas no preço de compra e sejam pagáveis a credores residentes no país do destino das mercadorias.

Para ocorrer às despesas de viagem em Portugal e ilhas adjacentes de caixeiros viajantes alemães poderão também ser feitas entregas em Reichsmark na conta especial do Banco de Portugal, o qual pagará aos respectivos beneficiários o contra valor em moeda portuguesa.

Em casos excepcionais poderão também efectuar-se da mesma forma outros quaisquer pagamentos, contanto que sejam acordados entre o Banco de Portugal e a Caixa Alemã de Liquidações.

ARTIGO 4.º

Só poderão efectuar pagamentos na conta especial do Banco de Portugal os devedores residentes na Alemanha que estiverem de posse de certificados de divisas (Devisenbescheinigungen) passados pela competente repartição alemã de fiscalização ou de autorizações concedidas pela competente repartição alemã de divisas.

ARTIGO 5.º

Quando a importância da factura estiver expressa numa moeda diferente do Reichsmark será ela convertida nesta moeda ao último câmbio médio conhecido em Berlim.

ARTIGO 6.º

Os pagamentos efectuados nos termos do artigo 2.º na conta especial do Banco de Portugal produzirão para o devedor residente na Alemanha efeitos liberatórios.

Nicht als deutsche Waren im Sinne dieses Abkommens gelten Waren des deutschen Durchgangshandels (Transit-Waren). Für die Bezahlung dieser Waren gelten die allgemeinen Vorschriften. Die Portugiesische Regierung kann anordnen, dass in Zweifelsfällen der Nachweis dafür, dass es sich um eine Transitware und nicht um eine deutsche Ware im Sinne des vorhergehenden Absatzes handelt, durch ein Zeugnis einer deutschen Zollstelle erbracht wird.

ARTIKEL 2

In Deutschland ansässige Schuldner erfüllen die Verbindlichkeiten, die aus der Einfuhr portugiesischer Waren nach Deutschland entstehen, durch Einzahlung von Reichsmarkbeträgen auf das Sonderkonto der Bank von Portugal bei der Deutschen Verrechnungskasse. Die auf das Sonderkonto eingezahlten Beträge werden nicht verzinst.

ARTIKEL 3

In Deutschland ansässige Schuldner können gemäss den Bestimmungen des vorhergehenden Artikels auch Kursunterschiede und Verzugszinsen bezahlen, ferner Nebenkosten, die bei der Einfuhr portugiesischer Waren nach Deutschland entstehen, insbesondere Zölle, Bahnfrachten und -spesen, Speditionskosten und wirtschaftlich gerechtfertigte Provisionen.

Transportversicherungskosten und Seefrachten dürfen in der angegebenen Weise nicht bezahlt werden, mit Ausnahme von Frachten für die Beförderung portugiesischer Waren auf portugiesischen Schiffen nach Deutschland und der dabei entstehenden Hafenkosten. Soweit in Portugal und den anliegenden Inseln ansässige Personen oder Firmen für in Deutschland ansässige Personen oder Firmen Transportversicherungskosten und Seefrachten verauslagt haben, können die verauslagten Beträge über das Sonderkonto erstattet werden.

Nebenkosten der vorstehend genannten Art, die im Kaufpreis einbegriffen sind und Gläubigern geschuldet werden, die in dem Bestimmungsland der Waren ansässig sind, können von dem Kaufpreis abgezweigt und unmittelbar an den Empfangsberechtigten gezahlt werden.

Reisekosten für deutsche Geschäftsreisende in Portugal und den anliegenden Inseln können gemäss den Bestimmungen des vorhergehenden Artikels in Reichsmark auf das Sonderkonto der Bank von Portugal eingezahlt werden; die Bank von Portugal wird den Berechtigten den Gegenwert in portugiesischer Währung auszahlen.

In der gleichen Weise können in Ausnahmefällen auch andere Zahlungen geleistet werden, soweit die Deutsche Verrechnungskasse und die Bank von Portugal sich darüber einigen.

ARTIKEL 4

Zur Einzahlung auf das Sonderkonto der Bank von Portugal sind nur solche in Deutschland ansässige Schuldner berechtigt, die im Besitz einer Devisenbescheinigung der zuständigen deutschen Ueberwachungsstelle oder einer Genehmigung der zuständigen deutschen Devisenstelle sind.

ARTIKEL 5

Lautet die Verpflichtung des in Deutschland ansässigen Schuldners auf eine andere Währung als Reichsmark, so erfolgt die Umrechnung des geschuldeten Betrages in Reichsmark zum letztbekannten Berliner Mittelkurs der betreffenden Währung.

ARTIKEL 6

Die Einzahlungen auf das Sonderkonto der Bank von Portugal gemäss Artikel 2 haben für den in Deutschland ansässigen Schuldners befreiende Wirkung.

ARTIGO 7.º

A forma de pagamento estabelecida no presente Acôrdo será aplicável a todas as mercadorias portuguesas importadas na Alemanha ou expedidas de Portugal e ilhas adjacentes com destino à Alemanha até ao último dia da vigência do mesmo Acôrdo, quaisquer que sejam as datas estipuladas para a liquidação das respectivas facturas.

As repartições alemãs competentes concederão para estas mercadorias as necessárias licenças de cambiais desde que tenham cabimento nos contingentes de pagamento estabelecidos.

ARTIGO 8.º

As importâncias creditadas na conta especial serão unicamente utilizadas pelo Banco de Portugal:

a) Para pagamento das mercadorias alemãs importadas em Portugal e ilhas adjacentes e ainda das que se destinem às colónias portuguesas mas sejam pagáveis em Portugal e suas ilhas adjacentes;

b) Para pagamento das despesas acessórias originadas pela importação de mercadorias alemãs, nomeadamente direitos de alfândega, despesas de expedição e transporte terrestre, e bem assim as comissões economicamente justificáveis;

c) Para pagamento das despesas de caixeiros viajantes portugueses na Alemanha.

Ficam excluídas das disposições das alíneas anteriores as despesas com seguros e transporte marítimo.

Em casos excepcionais o Banco de Portugal poderá também utilizar a referida conta para outros quaisquer pagamentos, contanto que estes sejam acordados entre o mesmo Banco e a Caixa Alemã de Compensações.

ARTIGO 9.º

As disposições do artigo anterior não se aplicam ao pagamento das mercadorias alemãs mencionadas nos n.ºs 280, 295 e 317-V da pauta alemã, as quais serão pagas em divisas.

ARTIGO 10.º

Para garantir a utilização das importâncias em Reichsmark pagas na conta especial do Banco de Portugal o Governo Português poderá determinar que as mercadorias alemãs importadas em Portugal e ilhas adjacentes, ou destinadas às colónias mas pagáveis em Portugal e ilhas adjacentes, só poderão ser liquidadas com Reichsmarks adquiridos no Banco de Portugal, quer directamente, quer por intermédio de um banco ou banqueiro. Para este fim o Governo Português poderá exigir que os importadores de mercadorias alemãs, ao efectuarem o respectivo despacho aduaneiro, tenham de apresentar documento comprovativo de que adquiriram no Banco de Portugal, directa ou indirectamente, a pronto ou a prazo, e ao câmbio do dia da compra, as importâncias em Reichsmarks necessárias para o pagamento integral da mercadoria, ou de que tomaram o compromisso de adquirir aquelas importâncias no Banco de Portugal, directa ou indirectamente, sem câmbio fixo. Este compromisso será caucionado por um depósito equivalente a 10 por cento da quantia em questão, ou por uma garantia, do agrado do Banco de Portugal, prestada por um banco, um particular ou um comerciante.

As disposições acima referidas não serão aplicadas às mercadorias alemãs cujo valor não exceda 100 Reichsmarks. Fica porém entendido que, se o julgar necessário para o bom funcionamento da conta especial do Banco de Portugal, o Governo Português poderá, mediante prévio entendimento com o Governo Alemão, exigir do importador de mercadorias alemãs, de um valor de 100 marcos ou menos, um *Affidavit*, pelo qual este se obrigue

ARTIKEL 7

Die durch dieses Abkommen festgesetzte Zahlungsweise gilt für alle portugiesischen Waren, die bis zum letzten Tage der Gültigkeit des Abkommens in Deutschland eingeführt oder von Portugal und den anliegenden Inseln dorthin abgesandt sind, und zwar ohne Rücksicht auf den Zeitpunkt der Fälligkeit der Zahlung.

Die zuständigen deutschen Stellen werden für diese Waren Devisenbescheinigungen jedoch nur im Rahmen des dafür festgesetzte Zahlungskontingentes ausstellen.

ARTIKEL 8

Die Bank von Portugal kann über die auf dem Sonderkonto befindlichen Beträge nur verfügen:

a) Zur Bezahlung deutscher Waren, die nach Portugal und den anliegenden Inseln eingeführt werden, sowie zur Bezahlung deutscher Waren, die nach den portugiesischen Kolonien eingeführt werden, aber in Portugal und den anliegenden Inseln zahlbar sind;

b) Zur Bezahlung der bei der Einfuhr dieser Waren entstehenden Nebenkosten, insbesondere Zölle, Bahnfrachten und spesen sowie Speditionskosten und wirtschaftlich gerechtfertigte Provisionen. Ausgeschlossen sind Transportversicherungskosten und Seefrachten;

c) Zur Bezahlung von Reisekosten portugiesischer Geschäftsreisender in Deutschland.

In Ausnahmefällen kann die Bank von Portugal über das Sonderkonto für andere Zahlungen verfügen, soweit die Deutsche Verrechnungskasse und die Bank von Portugal sich darüber einigen.

ARTIKEL 9

Die Bestimmungen des vorstehenden Artikels gelten nicht für die Bezahlung von deutschen Waren, die unter die Nummern 280, 295 und 317 V des deutschen Zolltarifs fallen diese Waren sind in Devisen zu bezahlen.

ARTIKEL 10

Um die Verwertung der auf dem Sonderkonto der Bank von Portugal eingezahlten Reichsmarkbeträge sicherzustellen, kann die Portugiesische Regierung anordnen, dass deutsche Waren, die nach Portugal und den anliegenden Inseln eingeführt werden oder die nach den portugiesischen Kolonien eingeführt werden, aber in Portugal und den anliegenden Inseln zahlbar sind, nur in Reichsmark gezahlt werden dürfen, die bei der Bank von Portugal, unmittelbar oder durch Vermittlung einer Bank, erworben worden sind. Die Portugiesische Regierung kann zu diesem Zwecke vorschreiben, dass die Einführer deutscher Waren bei der Verzollung eine Urkunde vorzulegen haben, aus der hervorgeht, dass sie die für die vollständige Bezahlung der Ware erforderlichen Reichsmarkbeträge, unmittelbar oder durch Vermittlung, bei der Bank von Portugal, bar oder auf Termin, zum Tageskurs gekauft oder sich, ohne Fixierung eines Kurses, verpflichtet haben, diese Beträge, unmittelbar oder durch Vermittlung, bei der Bank von Portugal zu kaufen. Diese Verpflichtungserklärung wird verbürgt durch die Hinterlegung einer Sicherheit in Höhe von 10 vom Hundert des geschuldeten Betrages oder durch eine von der Bank von Portugal genehmigte Garantie einer Bank, einer Person oder einer Firma.

Diese Vorschriften gelten nicht für deutsche Waren, deren Wert nicht mehr als 100 Reichsmark beträgt. Es besteht jedoch Einverständnis, dass die Portugiesische Regierung nach vorheriger Vereinbarung mit der Deutschen Regierung bei der Einfuhr von deutschen Waren im Werte von 100 Reichsmark oder weniger von den Einführern ein Affidavit, in dem sie sich zum Ankauf von Reichsmark, unmittelbar oder durch Vermittlung,

a adquirir no Banco de Portugal, directa ou indirectamente, os Reichsmarks necessários ao pagamento integral da mercadoria.

ARTIGO 11.º

Os pagamentos efectuados por força da conta especial do Banco de Portugal a favor de credores residentes na Alemanha só poderão realizar-se por meio de transferências. Contudo o Banco de Portugal e a Caixa Alemã de Compensações poderão acordar em outras modalidades de efectuar os pagamentos.

ARTIGO 12.º

O Banco de Portugal poderá continuar a dispor das importâncias creditadas na referida conta especial até à sua completa utilização, mesmo após a expiração do presente Acôrdo.

ARTIGO 13.º

O Banco de Portugal e a Caixa Alemã de Compensações fixarão de comum acôrdo as medidas de ordem técnica necessárias.

ARTIGO 14.º

Não poderão efectuar-se quaisquer compensações particulares ou trocas directas de mercadorias sem as autorizações prévias do Banco de Portugal e da Caixa Alemã de Compensações.

ARTIGO 15.º

O presente Acôrdo entrará em vigor aos 23 de Abril de 1935 e poderá ser denunciado em qualquer altura e por qualquer das Partes Contratantes com preaviso de um mês.

Feito em dois exemplares, nas línguas portuguesa e alemã, ambos com igual valor, em Lisboa, aos 13 de Abril de 1935.

Anibal de Mesquita Guimarães.
Baron Hoyningen-Huene.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 de Abril de 1935.— O Secretário Geral, *Luiz Teixeira de Sampaio.*

bei der Bank von Portugal verpflichten, verlangen kann, wenn sich dies als notwendig erweist, um das Sonderkonto in Fluss zu halten.

ARTIKEL 11

Verfügungen über das Sonderkonto der Bank von Portugal dürfen nur durch Ueberweisungen an in Deutschland ansässige Gläubiger erfolgen. Die Deutsche Verrechnungskasse und die Bank von Portugal können andere Formen der Verfügung vereinbaren.

ARTIKEL 12

Die Bank von Portugal kann auch nach Ablauf dieses Abkommens über die auf dem Sonderkonto befindlichen Beträge verfügen bis sie aufgebraucht sind.

ARTIKEL 13

Die Deutsche Verrechnungskasse und die Bank von Portugal werden im gegenseitigen Einvernehmen die erforderlichen zahlungstechnischen Massnahmen treffen.

ARTIKEL 14

Unmittelbarer Tausch und Verrechnungsgeschäfte können nur mit vorheriger Zustimmung der Deutschen Verrechnungskasse und der Bank von Portugal ausgeführt werden.

ARTIKEL 15

Dieses Abkommen tritt am 23 April 1935 in Kraft. Es kann von jedem der vertragschliessenden Teile jederzeit mit einer Frist von einem Monat gekündigt werden.

So geschehen in zweifacher Ausfertigung, in deutscher und in portugiesischer Sprache, die beide massgebend sind.

Lissabon, den 13 April 1935.

Baron Hoyningen-Huene.
Anibal de Mesquita Guimarães.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição de Estudos Económicos

Decreto n.º 25:272

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo § 2.º do artigo 10.º e artigo 171.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, por motivo de urgência, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São livres de direitos na colónia de Cabo Verde até ao fim do ano económico de 1935-1936 a importação de hidrogénio destinado a sondagens aerológicas a cargo dos serviços de marinha, e a exportação das respectivas taras vazias, devolvidas aos serviços meteorológicos do Ministério da Marinha.

Art. 2.º O governo da colónia de Cabo Verde tomará as providências necessárias à boa execução deste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Cabo Verde.

Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Armindo Rodrigues Monteiro.*

Direcção Geral Militar

Decreto-lei n.º 25:273

Atendendo às razões aduzidas pelo governador da colónia de S. Tomé;

Considerando que, pela falta de oficiais, nada justifica a existência naquela colónia do depósito de adidos, cujo regulamento foi pôsto em vigor pela portaria n.º 18, de 24 de Junho de 1914, com comando separado do corpo de policia;

Considerando que os dois comandos estão sendo exercidos actualmente pelo único oficial que comanda o corpo de policia indígena e chefia a Repartição Militar, e que este se acha só em tais serviços;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 10.º, § 2.º, da Carta Orgânica do Império Colonial Português, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o depósito de adidos que funciona actualmente junto do corpo de policia da colónia de S. Tomé e Príncipe, pelo que as suas contas deverão ser encerradas e a respectiva conta de gerência prestada dentro dos sessenta dias seguintes ao seu encerramento.

Art. 2.º Todos os adidos actualmente existentes no depósito de adidos e os que houver de futuro passam a adir ao corpo de policia indígena, onde serão devida-